



Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispensar, no arrolamento sumário, o prévio recolhimento do imposto de transmissão *causa mortis* para homologação da partilha ou da adjudicação, bem como para expedição do formal de partilha ou da carta de adjudicação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta § 3º ao art. 659 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispensar, no arrolamento sumário, o prévio recolhimento do imposto de transmissão *causa mortis* para homologação da partilha ou da adjudicação, bem como para expedição do formal de partilha ou da carta de adjudicação.

Art. 2º O art. 659 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 659.

.....

§ 3º No arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha ou da carta de adjudicação, não ficarão condicionadas ao prévio recolhimento do imposto de transmissão *causa mortis*, mas deverá ser comprovado o pagamento dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente

